

O LUTO DE MÃES DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: REFLEXÕES PARA A PSICOLOGIA¹

Larissa de Sena TROTTA²
Mirian Rodrigues PEREIRA³
Priscila Veloso de CARVALHO⁴

Resumo: Esse trabalho resulta de uma pesquisa teórica que tem como objetivo discutir as contribuições da psicologia no processo de elaboração do luto vivenciado por mães diante do nascimento de filhos com deficiência física. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura, fundamentada em autores do campo da psicologia, dos Estudos da Deficiência e das Ciências Humanas, como Erving Goffman, Tom Shakespeare, Maria Helena Pereira Franco, Donald Winnicott e Maria Júlia Kovács, além de documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde e da legislação brasileira. Inicialmente, discutimos a deficiência enquanto construção histórica, social e cultural, evidenciando como os estigmas e os discursos de normalidade produziram processos de exclusão e influenciaram a percepção social sobre os corpos considerados desviantes. A partir dessa contextualização, o estudo problematizou o sofrimento materno diante da ruptura entre o filho idealizado durante a gestação e o filho real, compreendendo tal experiência como uma forma de luto, marcada pela perda de expectativas, projetos e representações afetivamente investidas. As discussões apontam que o nascimento de uma criança com deficiência física pode mobilizar sentimentos de tristeza, culpa, frustração, medo e isolamento, exigindo das mães um intenso processo de reorganização psíquica e emocional. Nesse contexto, evidenciamos a importância da psicologia como campo de escuta, acolhimento e intervenção, contribuindo para a elaboração do luto, fortalecimento dos vínculos familiares, desconstrução do estigma e promoção da saúde mental materna. Além disso, o estudo destaca a relevância das redes de apoio, das políticas públicas e da atuação interdisciplinar no cuidado às famílias. Concluímos que compreender o luto como uma experiência legítima e singular é fundamental para evitar a patologização do sofrimento materno e favorecer práticas mais humanizadas, inclusivas e comprometidas com a singularidade das vivências de maternidade no contexto da deficiência física.

Palavras-chave: Luto; Deficiência física; Maternidade; Psicologia; Saúde mental materna.

Abstract: This study is the result of a theoretical research aimed at reflecting on the grief experienced by mothers following the birth of children with physical disabilities, understanding the subjective impacts of this experience and discussing the contributions of Psychology in the process of welcoming and elaborating this suffering. The research was developed through a narrative literature review based on authors from the fields of Psychology, Disability Studies, and Human Sciences, such as Erving Goffman, Tom Shakespeare, Maria Helena Pereira Franco, Donald Winnicott, and Maria Júlia Kovács, as well as official documents from the World Health Organization and Brazilian legislation. Initially, disability is discussed as a historical, social, and cultural construct, highlighting how stigma and discourses of normality have produced processes of exclusion and influenced social perceptions of bodies considered deviant. Based on this contextualization, the study problematizes maternal suffering resulting from the rupture between the child idealized during pregnancy and the real child, understanding this experience as a form of grief marked by the loss of expectations, projects, and emotionally invested representations. The discussions indicate that the birth of a child with a physical disability may evoke feelings of sadness, guilt, frustration, fear, and isolation, requiring mothers to undergo an intense process of psychological and emotional reorganization. In this context, the importance of Psychology as a field of listening, support, and intervention is emphasized, contributing to grief processing, the strengthening of family bonds, the deconstruction of stigma, and the promotion of maternal mental health. Furthermore, the study highlights the relevance of support networks, public policies, and interdisciplinary actions in caring for families. It is concluded that understanding grief as a legitimate and singular experience is essential to avoid the pathologization of maternal suffering and to promote more humanized, inclusive, and respectful practices regarding the uniqueness of motherhood experiences in the context of physical disability.

Keywords: Grief; Physical disability; Motherhood; Psychology; Maternal mental health.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Faminas-BH, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Orientado pela professora Dra. Fabíola Fernanda do Patrocínio Alves.

² Graduanda de Psicologia pela Faculdade Faminas BH – larissatrotta15@gmail.com

³ Graduanda de Psicologia pela Faculdade Faminas BH – mirian35rp@gmail.com

⁴ Graduanda de Psicologia pela Faculdade Faminas BH – priscilavecarvalho@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema desse trabalho surgiu a partir de inquietações construídas ao longo da trajetória acadêmica e das aproximações com discussões relacionadas à deficiência, maternidade e saúde mental. Durante o percurso na graduação em psicologia, percebemos como o nascimento de uma criança com deficiência mobiliza impactos emocionais significativos nas famílias, especialmente nas mães, que frequentemente assumem a posição principal no cuidado e acompanhamento dos filhos. Além das demandas práticas impostas pela nova realidade, muitas dessas mulheres enfrentam sentimentos de sofrimento, culpa, medo, insegurança e isolamento, frequentemente atravessados por expectativas sociais relacionadas à maternidade idealizada. A aproximação com essa temática despertou o interesse em compreendermos de forma mais aprofundada os processos subjetivos envolvidos nessa experiência, especialmente o luto decorrente da ruptura entre o filho idealizado e o filho real.

A escolha por direcionar a análise às mães fundamenta-se também em aspectos socioculturais relacionados à divisão sexual do cuidado. A cultura brasileira ainda delega à mulher a responsabilidade primária pela criação e acompanhamento terapêutico dos filhos, o que sobrecarrega a experiência da maternidade com exigências práticas e emocionais discrepantes daquelas direcionadas à paternidade (ZANELLO, 2018). No contexto da deficiência, essa disparidade se acentua, visto que as mães gerenciam a rotina de consultas, estimulações e tratamentos. Assim, embora este estudo reconheça a participação de outros atores familiares, a centralidade analítica é atribuída às mães devido ao papel histórico e social que ocupam na sustentação desses cuidados.

O presente estudo tem como objetivo geral discutir as contribuições da psicologia no processo de elaboração do luto vivenciado por mães diante do nascimento de filhos com deficiência física. Foram construídos três objetivos específicos: contextualizar historicamente as concepções de deficiência e os processos de estigmatização social; compreender o conceito de luto associado à perda do filho idealizado; analisar as possibilidades de atuação da psicologia frente às demandas emocionais e subjetivas dessas mães. A pesquisa parte do seguinte problema: “de que maneira o nascimento de um filho com deficiência física pode desencadear um processo de luto nas mães e quais contribuições a psicologia pode oferecer diante dessa vivência?” Justificamos a relevância do estudo pela necessidade de ampliar discussões acerca da saúde mental materna no contexto da deficiência, considerando que muitas experiências de sofrimento ainda permanecem silenciadas ou reduzidas a interpretações moralizantes (são aquelas que analisam o sofrimento materno a partir de julgamentos de valor, atribuindo à mãe

responsabilidade, culpa ou inadequação diante da experiência vivenciada. No contexto da maternidade de uma criança com deficiência, uma visão moralizante pode aparecer quando se espera que a mãe seja sempre forte, resiliente, abnegada e capaz de lidar com todas as demandas do cuidado sem demonstrar sofrimento, tristeza ou ambivalência. Dessa forma, sentimentos como cansaço, frustração, medo ou luto podem ser interpretados equivocadamente como falta de amor, rejeição ou incapacidade materna) e patologizantes (são aquelas que compreendem experiências humanas complexas exclusivamente como sinais de doença ou transtorno, desconsiderando os aspectos sociais, culturais, familiares e históricos envolvidos. No caso das mães de filhos com deficiência, isso pode ocorrer quando o sofrimento decorrente das mudanças, perdas simbólicas, sobrecarga de cuidados e dificuldades de adaptação é visto apenas como um problema individual ou uma desordem psicológica, sem considerar as condições concretas que atravessam essa vivência).

No desenvolvimento teórico, buscamos compreender a deficiência para além de uma condição exclusivamente biológica, reconhecendo-a como uma experiência atravessada por construções históricas, sociais e culturais. Autores como Goffman (1988), Shakespeare (2013) e Anahi Guedes de Mello (2016) possibilitam compreender como os discursos de normalidade e produtividade contribuíram para a produção de estigma e exclusão social. A partir dessa perspectiva, discutimos como essas construções influenciam diretamente a forma como as mães percebem o nascimento de um filho com deficiência, intensificando sentimentos relacionados à perda do filho idealizado. O trabalho aborda o conceito de luto, fundamentando-se em autores como Maria Helena Pereira Franco (2021) , Maria Júlia Kovács (2012) e Worden (2013), compreendendo o luto como um processo legítimo diante da ruptura de expectativas afetivamente investidas. Discutimos as contribuições da psicologia no acolhimento dessas mães, enfatizando a importância da escuta qualificada, das redes de apoio e da promoção de práticas humanizadas em saúde mental.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada como proposta metodológica uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo, construída a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais relacionados à deficiência, maternidade, luto e psicologia. Esse método possibilita a integração e discussão de diferentes produções científicas sobre determinada temática, favorecendo uma compreensão ampliada do fenômeno investigado. Assim, a escolha ocorreu em razão da necessidade de reunir diferentes contribuições teóricas que possibilitaram verificar a complexidade subjetiva e social da experiência analisada. Assim, a pesquisa buscou articular referenciais da psicologia, e do campo de estudos sobre deficiência, promovendo uma reflexão crítica sobre os impactos emocionais

envolvidos no nascimento de uma criança com deficiência física.

Além disso, a pesquisa parte da compreensão de que o sofrimento materno não pode ser analisado de forma isolada ou individualizante, uma vez que está diretamente relacionado às condições sociais, culturais e institucionais que atravessam a experiência da deficiência. A ausência de suporte emocional, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a permanência de discursos estigmatizantes contribuem para intensificar a sobrecarga psíquica vivenciada pelas mães. Assim, tornamos fundamental problematizar não apenas os aspectos subjetivos do luto, mas também as estruturas sociais que influenciam a maneira como essa vivência é construída e reconhecida socialmente.

Para melhor organização da discussão proposta, este trabalho está estruturado em seções subsequentes. Inicialmente, apresentamos a metodologia que fundamentou a seleção do material bibliográfico. Em seguida, a discussão teórica é dividida em seções principais que abordam a contextualização histórica e social da deficiência física na infância; o conceito de morte simbólica e luto associado à perda do filho idealizado; e as contribuições da psicologia no acolhimento e fortalecimento das redes de apoio a essas mães. Na seção de considerações finais, são apresentadas as reflexões conclusivas desenvolvidas na pesquisa.

2 METODOLOGIA

Caracterizamos o método dessa pesquisa como exploratório, com abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, buscando compreender os principais aspectos relacionados ao tema pesquisado. A revisão narrativa permite reunir, analisar e discutir produções científicas já publicadas, proporcionando uma visão ampla sobre o assunto investigado. Esse tipo de investigação caracteriza-se por um processo interpretativo no qual o pesquisador se aproxima do fenômeno estudado para identificar sentidos e particularidades que não podem ser reduzidos a dados numéricos, valorizando a complexidade presente nas relações humanas e nas vivências sociais. (GONZÁLEZ, 2020)

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2014), trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, buscando compreender a realidade em profundidade. A partir desse cenário, na presente pesquisa buscamos compreender como mães de crianças com deficiência física vivenciam o luto, bem como os impactos emocionais e sociais decorrentes do diagnóstico de deficiência dos filhos, além das possíveis contribuições da psicologia nesse contexto.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e Google Acadêmico, priorizando artigos científicos publicados entre os anos de 2017 e 2024. Embora tenham sido priorizados estudos publicados nesse período, algumas produções anteriores foram incluídas em razão de sua relevância conceitual para a compreensão da temática e para a fundamentação da discussão proposta. Além desses estudos, foram incluídas obras clássicas e autores de referência considerados fundamentais para a discussão teórica da temática, como Goffman, Kovács, Worden, Winnicott e Franco. Para a busca dos materiais, utilizamos os seguintes descritores: deficiência física, maternidade, luto, psicologia e saúde mental materna.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa exploratória que, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e favorecendo novas interpretações acerca do tema investigado.

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa, relacionados diretamente ao tema pesquisado e que apresentassem relevância científica para os objetivos do estudo. Já os critérios de exclusão envolveram trabalhos duplicados, artigos incompletos, estudos fora do período delimitado e materiais que

não apresentavam relação direta com a temática proposta.

Após a aplicação desses critérios, selecionamos e analisamos os artigos que convergiram diretamente com o foco analítico da pesquisa e que estruturaram a discussão teórica aqui apresentada. Esses materiais foram analisados de forma qualitativa e integrados de maneira dialógica com as obras teóricas e clássicas de referência que sustentam o arcabouço conceitual deste estudo. Realizamos a análise do conteúdo por meio de uma leitura interpretativa e temática das produções selecionadas, buscando identificar conceitos, categorias e discussões recorrentes relacionadas à deficiência física, ao luto materno e às contribuições da psicologia nesse contexto.

Embora o foco da presente pesquisa esteja voltado à deficiência física descoberta no nascimento do filho, alguns estudos incluídos contemplam diferentes tipos de deficiência. A incorporação desses trabalhos justifica-se pelo fato de abordarem aspectos subjetivos relacionados ao impacto do diagnóstico, à reorganização familiar e à elaboração do luto parental, fenômenos que não se restringem a categorias específicas de deficiência, uma vez que se relacionam a processos de adaptação, ressignificação e construção de sentidos diante de uma realidade inicialmente não esperada. Tais produções contribuíram para ampliar a compreensão dos processos emocionais e psicossociais discutidos neste estudo, sem desconsiderar a especificidade do recorte temático adotado.

3 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

3.1 DEFICIÊNCIA NA INFÂNCIA: HISTÓRIA, ESTIGMA E CONSTRUÇÕES SOCIAIS

A deficiência é um fenômeno que vai além da dimensão biológica, sendo resultado da interação entre condições de saúde e fatores sociais, ambientais e atitudinais, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001). Assim, não se limita a uma condição individual, mas envolve as barreiras que impactam a participação social do sujeito.

Nesse contexto, o conceito de estigma de Goffman descreve como determinados atributos, como a deficiência, podem desqualificar socialmente o indivíduo, reduzindo-o a uma identidade marcada pela exclusão (GOFFMAN, 1988).

O sofrimento materno não decorre apenas da deficiência em si, mas dos significados sociais negativos a ela atribuídos. O estigma, expresso em julgamentos e práticas excludentes, intensifica sentimentos como culpa, vergonha e isolamento, evidenciando que o sofrimento está profundamente ligado às barreiras sociais que atravessam essa experiência.

O sociólogo britânico contemporâneo, pesquisador e um dos principais expoentes dos Estudos da Deficiência (*Disability Studies*), Tom Shakespeare (2013), nos permite iniciar esta discussão situando o leitor sobre o caminho que iremos percorrer. A compreensão da deficiência ao longo da história não pode ser reduzida apenas a uma condição biológica ou médica. Trata-se de um fenômeno profundamente atravessado por construções sociais, culturais e históricas que moldaram a forma como os corpos considerados diferentes foram percebidos e tratados nas diversas sociedades. Assim, como destacam esses autores, essa condição não constitui uma categoria fixa ou universal, mas um conceito cuja significação foi sendo transformada ao longo do tempo, conforme as concepções de normalidade, produtividade e valor humano predominantes em cada período histórico. Esse panorama evidencia que, compreender a deficiência exige considerar os discursos e práticas sociais que historicamente definiram o que é considerado um corpo normal ou desviante. Tais definições não apenas organizaram estruturas institucionais e políticas, mas também produziram efeitos subjetivos sobre os indivíduos e suas famílias. No caso das mães de crianças com deficiência, essas construções sociais influenciam profundamente a maneira como o nascimento de um filho com deficiência é interpretado e vivenciado.

Consideramos importante destacar ao leitor que este trabalho não pretende realizar uma historiografia detalhada do tema, mas apontar as concepções de deficiência que os permearam. Nosso objetivo é apresentar, de forma geral, esse percurso histórico para sustentar a discussão

proposta, com foco na deficiência física e em como essas concepções influenciam as experiências familiares.

Mello, Aydos e Shuch (2022) ajudam a compreender que, na Antiguidade, particularmente nas sociedades greco-romanas, predominava uma visão fortemente associada à valorização da força física, da utilidade social e da perfeição corporal. Em cidades como Esparta, crianças que nasciam com deformidades ou fragilidades físicas eram frequentemente abandonadas ou eliminadas, pois eram consideradas incapazes de atender às exigências sociais de uma sociedade militarizada e altamente competitiva. Esse contexto evidencia a presença de uma lógica de valorização de corpos considerados saudáveis e produtivos. A deficiência, nesse cenário, era associada à incapacidade e à inutilidade social, sendo frequentemente tratada como uma condição incompatível com os ideais de cidadania e pertencimento coletivo.

Durante a Idade Média, embora as práticas de exclusão permanecessem presentes, a interpretação da deficiência passou a ser fortemente influenciada pela visão religiosa predominante. A Igreja Católica desempenhava um papel central na interpretação das diferenças corporais e do sofrimento humano. Nesse contexto, a deficiência era frequentemente explicada a partir de perspectivas morais e espirituais. Em alguns casos, era compreendida como castigo divino pelos pecados cometidos pela família; em outros, como manifestação da vontade divina ou como forma de expiação espiritual (DINIZ, 2007). Essa leitura produzia uma posição social ambígua para as pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo em que eram alvo de compaixão e caridade, também eram marcadas por interpretações moralizantes que reforçavam sua marginalização social. O nascimento de uma criança com deficiência podia carregar consigo significados sociais profundamente negativos, produzindo sentimento de culpa, vergonha e sofrimento moral.

No contexto da modernidade, com o advento das ciências médicas entre os séculos XVIII e XIX, a interpretação da deficiência passou por novas transformações. O avanço do conhecimento científico levou ao surgimento de classificações diagnósticas e à consolidação do chamado modelo médico da deficiência. Nessa visão, a deficiência passou a ser compreendida como uma anomalia biológica ou patológica localizada no corpo do indivíduo, que deveria ser diagnosticada, tratada ou corrigida sempre que possível (SHAKESPEARE, 2013). Embora esse modelo tenha contribuído para avanços importantes no campo da medicina e da reabilitação, ele também reforçou a ideia de que a deficiência seria essencialmente um problema individual. A pessoa com deficiência passou a ser vista como alguém que precisava ser tratada, reabilitada ou adaptada aos padrões considerados normais pela sociedade. Nesse contexto, surgiram diversas instituições especializadas destinadas ao cuidado e à segregação

dessas pessoas, como hospitais, asilos e escolas especiais.

Seguindo esse percurso, a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o fortalecimento dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, começou a emergir uma nova perspectiva conhecida como modelo social da deficiência. Essa abordagem propõe uma mudança importante de olhar: a deficiência deixa de ser compreendida apenas como uma limitação individual e passa a ser analisada também a partir das barreiras sociais, culturais e institucionais que dificultam a participação plena dessas pessoas na sociedade. Sob essa ótica, a deficiência passa a ser entendida como resultado da interação entre condições corporais e contextos sociais. Ambientes inacessíveis, preconceitos, falta de políticas públicas e barreiras atitudinais podem ampliar ou reduzir os impactos de uma condição de saúde. Essa perspectiva amplia a compreensão do fenômeno e permite reconhecer que a deficiência não se limita a um diagnóstico médico, mas envolve também as condições sociais que cercam a vida da pessoa. (MELLO, 2016).

Tom Shakespeare (2013) nos ajuda a compreender que determinadas características corporais ainda são socialmente interpretadas como desvios em relação ao que é considerado comum. Esse processo pode produzir formas de exclusão, nas quais o indivíduo passa a ser definido prioritariamente pela sua diferença, eclipsando outras dimensões de sua identidade. Essas representações sociais influenciam não apenas a forma como a sociedade percebe as pessoas com deficiência, mas também como as famílias, especialmente as mães, constroem suas próprias percepções sobre essa realidade.

O que Shakespeare aponta é, então, o impacto da deficiência nas relações. Assim, suas ideias convergem com a proposta da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pelas Nações Unidas, ao problematizar que a deficiência deve ser entendida a partir da interação entre impedimentos individuais e barreiras sociais. Esse documento, ratificado pelo Brasil com status constitucional, reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e participantes ativos da sociedade (Brasil, 2016).

Além disso, a Organização Mundial da Saúde (2011) afirma que a deficiência resulta da interação entre condições de saúde e fatores contextuais, incluindo ambientes físicos, atitudes sociais e estruturas institucionais. Essa abordagem reforça que o impacto da deficiência na vida de uma pessoa não depende apenas da condição corporal, mas também das oportunidades e suportes oferecidos pela sociedade.

Analisando a contextualização, consideramos que compreender a dimensão histórica e social da deficiência é fundamental para a análise que propomos. Ressaltamos que, neste trabalho, direcionamos nossa discussão para a deficiência física, desde o nascimento. Conforme

Mello (2016), a deficiência física é compreendida não apenas como uma condição corporal, mas como uma experiência que se constrói na interação entre o corpo e as barreiras sociais, culturais e ambientais que podem limitar a participação plena do indivíduo na sociedade.

No Brasil, existe uma referência de classificação da deficiência física amplamente utilizada, especialmente no contexto das políticas públicas. Trata-se do Decreto 5.296, sancionado em 2004. Segundo esse instrumento legal, em seu artigo 5º, a deficiência física é definida como:

“alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (BRASIL, 2004).

Conforme salienta Sasaki (2010), a deficiência física pode ter origem congênita, estando presente desde o nascimento, ou decorrer de causas perinatais e pós-natais. Na presente pesquisa pretendemos analisar o luto das mães perante o nascimento de um filho com deficiência e, por essa razão, não abordaremos situações de deficiência adquiridas posteriormente ao nascimento.

Conforme disposto no Decreto nº 5.296/2004, a deficiência física relaciona-se a alterações anatômicas ou funcionais que podem repercutir significativamente na vida do indivíduo (BRASIL, 2004). Para além dos aspectos corporais, tais características podem produzir desdobramentos psicossociais importantes, especialmente em contextos marcados por preconceitos e barreiras sociais. Nessa perspectiva, consideramos pertinente a discussão do conceito de estigma proposto por Goffman (1988). O estigma refere-se a um atributo profundamente depreciativo que desqualifica o indivíduo socialmente, reduzindo-o de uma pessoa completa e comum a alguém marcado por uma característica considerada negativa, o que impacta diretamente suas relações sociais e sua identidade.

Diante do que foi discutido, compreendemos que a deficiência física não pode ser reduzida a uma condição exclusivamente biológica, mas deve ser entendida como um fenômeno complexo, constituído pela articulação entre dimensões corporais, sociais e subjetivas, conforme apontam Organização Mundial da Saúde (2001) e a Organização Pan-Americana da Saúde (2022). A experiência da deficiência se constrói na interação entre os impedimentos do corpo e as condições sociais que podem ampliar ou minimizar seus impactos.

Ressaltamos que, embora existam diferentes tipos de deficiência, nosso foco se

concentra na deficiência física e, por essa razão, não abordaremos deficiências sensoriais como surdez e cegueira ou a deficiência intelectual. Muito mais do que compreender os aspectos funcionais da deficiência física, nosso estudo pretende destacar os impactos subjetivos que ela produz, especialmente, na vida das mães. O nascimento de uma criança com deficiência pode confrontar expectativas previamente idealizadas pelas mães, exigindo da família um processo de reorganização emocional e simbólica. Tal processo exerce influência direta na construção das relações e no desenvolvimento da criança. Contudo, nosso interesse é compreender o modo como a mãe da criança lida com a experiência de receber um bebê que não foi idealizado por ela e que, em função disso, passa a vivenciar um processo de luto.

3.2 LUTO E PERDA SIMBÓLICA: A MORTE DO FILHO

O luto pode ser compreendido como um processo psíquico desencadeado diante de uma perda significativa, envolvendo reações emocionais, cognitivas e comportamentais que visam à elaboração dessa ausência. Tradicionalmente associado à morte concreta de um ente querido, o luto, no entanto, não se restringe à morte física. Trata-se de uma experiência mais ampla, que também se manifesta frente a perdas simbólicas, isto é, situações em que há ruptura de expectativas, projetos ou representações investidas afetivamente (FRANCO, 2013).

Como discutem produções vinculadas ao Laboratório de Estudos sobre a Morte da Universidade de São Paulo, como citado por Fabiana Silva na sua dissertação “Compreendo a experiência emocional da maternidade em mães de bebês com deficiência” (2018), o luto não deve ser reduzido à dimensão biológica da morte, mas compreendido como um fenômeno subjetivo que se constitui sempre que há a necessidade de reorganização psíquica diante de uma perda. Essa perspectiva permite ampliar a compreensão do luto para além do falecimento de alguém, incluindo experiências em que algo significativo, ainda que não material, deixa de existir tal como era imaginado (FRANCO, 2010; 2013).

O luto é um processo psicológico complexo e necessário diante de perdas significativas, não se restringindo apenas à morte, mas também às perdas simbólicas ao longo da vida, compreendendo o luto como uma vivência singular que envolve dimensões emocionais, cognitivas e sociais, exigindo tempo e elaboração (KOVÁCS, 2010). Ampliando essa compreensão, Worden (2013) descreve o luto como um processo dinâmico e multifacetado que envolve tarefas emocionais e cognitivas. Propõe que o luto envolve a necessidade de aceitar a realidade da perda, processar a dor emocional e ajustar-se a um ambiente no qual o objeto perdido está ausente, ao mesmo tempo em que se segue a vida. Essas contribuições são

fundamentais para compreendermos que o luto é um processo ativo que demanda trabalho subjetivo e tempo para a elaboração.

No presente trabalho, estamos abordando o luto não devido à experiência de morte física, mas o luto diante da morte simbólica. Esse tipo de morte refere-se à perda de uma construção psíquica, de um ideal ou expectativa. Franco (2010), também enfatiza que diferentemente da morte concreta, a morte simbólica diz respeito a perdas que exigem reorganização subjetiva, ainda que não envolvam o falecimento de alguém. No contexto da parentalidade, essa dimensão consideramos especialmente relevante, uma vez que a chegada de um filho é, frequentemente, acompanhada pela idealização de um bebê “saudável”, “perfeito” e “alinhado” aos desejos e projetos das mães.

Nessa situação, elas não enfrentam a perda do filho real, mas a do filho idealizado, aquele construído no processo gestacional, permeado por expectativas e fantasias, sendo assim, embora não haja morte física da criança, ocorre a morte simbólica do filho idealizado, construído a partir das expectativas, fantasias e desejos parentais. Seguindo essa linha, o luto não deve ser compreendido como simbólico, mas como uma resposta psíquica real diante da perda simbólica desse filho imaginado, exigindo um processo de elaboração e reorganização emocional. Quando esse ideal é interrompido pelo nascimento de uma criança com deficiência física, instaura-se uma ruptura entre o filho imaginado e o filho real. Embora não haja morte no sentido literal, há a perda do filho idealizado, e é justamente essa perda que convoca o trabalho de luto (MARTINS; SILVA, 2020).

Cabe destacar que, embora em alguns casos a deficiência possa ser identificada ainda durante o período gestacional, possibilitando que processos de elaboração emocional tenham início antes do nascimento, o presente estudo concentra sua análise nas vivências relacionadas ao nascimento de crianças com deficiência física. Essa delimitação foi adotada por compreender que o encontro com o bebê real constitui um marco importante na reorganização das expectativas parentais e na construção dos significados atribuídos à maternidade nesse contexto.

É importante destacar que reconhecer a existência do luto nesse contexto não significa afirmar que a deficiência constitui uma tragédia ou que a vida da criança possui menor valor. O sofrimento materno discutido neste trabalho não decorre da existência do filho real, mas da ruptura entre expectativas socialmente construídas durante a gestação e a realidade encontrada após o nascimento. O luto refere-se à perda de uma representação idealizada investida afetivamente, e não à rejeição da criança ou à negação de sua singularidade e potencialidade. Tal compreensão permite reconhecer o sofrimento das mães sem reforçar perspectivas estigmatizantes ou capacitistas sobre a deficiência.

Souza (2011) nos ajuda para essa compreensão ao destacar que o impacto do diagnóstico pode mobilizar nas mães sentimentos semelhantes aos vivenciados em situações de morte como tristeza, frustração, culpa e desorganização emocional, uma vez que o filho idealizado, o qual foi investido psiquicamente emoções e expectativas, durante a gestação, “morreu” para entrar em cena um filho com deficiência, distante de qualquer forma de idealização, exigindo, assim, a resignificação da expectativa.

A literatura recente tem destacado que o nascimento de uma criança com deficiência pode desencadear um processo de reorganização emocional nos pais, caracterizado pela necessidade de elaborar a discrepância entre o filho idealizado e o filho real. Nesse contexto, torna-se necessária uma reidealização do filho, favorecendo a adaptação parental às suas necessidades e singularidades (LONDERO *et al.*, 2021). O autor enfatiza a importância de o luto ser vivenciado para que emoções como frustração, raiva e tristeza possam ser elaboradas, favorecendo o vínculo e o afeto da mãe com a criança. É fundamental explicitar que o presente trabalho enfatiza o luto decorrente de uma morte simbólica, especificamente aquela que se configura no nascimento de um bebê com deficiência física.

Esse tipo de luto não deve ser patologizado, mas compreendido como uma resposta normal diante da ruptura de expectativas, embora esse processo não ocorra de forma “linear”. A elaboração desse luto envolve um percurso singular, no qual as mães precisam gradualmente deslocar seus investimentos do filho idealizado para o filho existente, reconhecendo suas especificidades. Esse movimento não ocorre de forma linear ou imediata, podendo ser atravessado por ambivalências, resistências e dificuldades de aceitação. Esse processo exige que a mãe enfrente não apenas as limitações do corpo da criança, mas também os estigmas sociais que cercam a deficiência física (MONTEIRO; PESSÔA, 2022).

Outro aspecto importante a ser considerado é que o luto pelo filho idealizado é atravessado por fatores sociais e culturais. As concepções de filho ideal não surgem de forma isolada, mas estão inseridas em um contexto social que valoriza determinados padrões de desenvolvimento.

O desenvolvimento humano deve ser compreendido a partir da relação entre aspectos biológicos e o meio social, o que implica reconhecer que as expectativas em relação às crianças são socialmente construídas. Sendo assim, bebês com deficiência podem ser percebidos como distantes desses padrões esperados, o que pode favorecer processos de exclusão e estigmatização (VYGOTSKY, 2007). Não apenas essas crianças são frequentemente alvo de estereótipos, mas também as mães podem ser confrontadas com ideais normativos de maternidade que desconsideram a singularidade de suas experiências. Em nosso entendimento,

essa lógica precisa ser problematizada: como exigir dessas mães um ideal de maternidade diante do luto que enfrentam?

As contribuições de Winnicott (2013), também são relevantes ao destacar a importância do ambiente emocional na relação entre mãe e bebê. A elaboração do luto torna-se fundamental para que a mãe possa reconhecer o bebê real e estabelecer uma relação considerando sua singularidade. Para ele, a constituição psíquica do bebê depende significativamente do ambiente emocional ofertado pela mãe, especialmente em seus primeiros cuidados. Para que a mãe possa se adaptar às necessidades reais do bebê, consideramos necessário que ela reconheça e elabore a distância entre o filho idealizado e o filho real. Quando esse processo é dificultado por pressões sociais, ausência de rede de apoio ou discursos patologizantes sobre a deficiência, a mãe pode experimentar maior sofrimento emocional, comprometendo sua capacidade de elaboração de luto.

O luto no contexto da deficiência física deve ser compreendido como um processo complexo, dinâmico e não linear, que envolve dimensões emocionais, sociais e culturais. Ao reconhecer que o nascimento de um bebê com deficiência pode representar a ruptura entre o filho idealizado e o filho real, torna-se possível compreender a profundidade dos impactos psíquicos vivenciados pelas mães. Nesse contexto, a atuação psicológica e o fortalecimento das redes de apoio familiar mostram-se fundamentais para favorecer a elaboração emocional dessa experiência e promover estratégias de enfrentamento mais adaptativas (FRANCO, 2021; MONTEIRO; PESSÔA, 2022).

É notório que compreender o luto como um processo legítimo e necessário tornou-se fundamental para evitar a patologização da relação entre mãe e bebê. Contudo, para além desse reconhecimento, entendemos a necessidade de refletir sobre as formas de cuidado e suporte possíveis frente a essa vivência. Assim, considerando os desafios implicados na elaboração dessa perda simbólica e na construção de novos sentidos para a maternidade, entendemos ser necessário problematizar o papel da psicologia nesse contexto. Nesse cenário, evidenciamos a relevância da psicologia como campo capaz de sustentar processos de cuidado e da ressignificação, tema desenvolvido na seção seguinte.

3.3 ENTRE O SOFRIMENTO E O CUIDADO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Diante dos impactos emocionais decorrentes do nascimento de uma criança com deficiência física e do processo de elaboração do luto pelo filho idealizado, entendemos ser fundamental compreender o papel da psicologia no acolhimento, na escuta e no

acompanhamento dessas mães e de suas famílias. A psicologia, enquanto campo científico e profissional, oferece importantes contribuições tanto para a compreensão dos processos subjetivos envolvidos nessa experiência quanto para o desenvolvimento de estratégias de cuidado que favoreçam a adaptação emocional e a construção de novos significados para a vivência da maternidade.

Uma das principais contribuições da psicologia refere-se ao acolhimento ao luto vivenciado pelas mães. Conforme discutido na seção anterior, o nascimento de uma criança com deficiência pode desencadear um processo de ruptura entre as expectativas construídas durante a gestação e a realidade encontrada após o nascimento tal experiência frequentemente mobiliza sentimento de tristeza, frustração, medo e insegurança, caracterizando aquilo que diversos autores descrevem como luto pelo filho idealizado, embora não se trate de uma perda concreta, esse luto corresponde a necessidade de elaborar a desconstrução de projetos, fantasias e expectativas previamente construída em torno da maternidade (FRANCO, 2021).

Neste contexto, a escuta psicológica assume um papel fundamental ao oferecer um espaço de acolhimento e legitimação do sofrimento. Segundo Rogers (2009) a escuta empática e a aceitação incondicional favorecem condições para que o indivíduo entre em contato com seus sentimentos de forma autêntica, ampliando suas possibilidades de enfrentamento. Nessa perspectiva, as contribuições da psicologia permanecem atuais ao dialogar com práticas contemporâneas de acolhimento psicológico, e também centrada nas singularidades da experiência humana.

Além da compreensão do luto, continuamos com as contribuições de Winnicott (1983) que permitem compreender a importância do ambiente emocional no desenvolvimento humano e na constituição dos vínculos afetivos. O cuidado psicológico pode favorecer condições para que a mãe reconheça gradualmente as singularidades do filho, deslocando seus investimentos afetivos do filho idealizado para o filho real. Esse processo não ocorre de maneira linear e pode ser atravessado por sentimentos contraditórios, tornando fundamental a existência de espaços de escuta qualificada e suporte emocional.

Sobre a experiência materna no contexto da deficiência, as mães apresentam maior vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, o que impõe desafios adicionais às mães, que, em muitos casos, assumem a maior parte das responsabilidades relacionadas ao acompanhamento da criança. As demandas de cuidado contínuo, associadas às exigências da vida familiar, profissional e social, podem favorecer situações de sobrecarga emocional, física e psicológica (MATSUKURA; MARTURANO; OISHI, 2007; PAIXÃO et al., 2022).

Nesse contexto, a literatura contemporânea destaca a relevância da rede de apoio como

importantes fatores de proteção à saúde mental. A ausência dessa rede pode intensificar sentimentos de sobrecarga, isolamento e esgotamento emocional, especialmente quando os cuidados com a criança recaem predominantemente sobre a mãe. Segundo Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano ocorre em constantes interações com os diferentes contextos sociais, sendo influenciado pelas relações estabelecidas em ambientes familiares, comunitários e institucionais, assim a presença de familiares, amigos, grupos de apoio, serviços de saúde e políticas públicas, podem reduzir sentimentos de isolamento, e ampliar as possibilidades de enfrentamento das dificuldades cotidianas.

Outra importante contribuição da psicologia refere-se a problematização do estigma historicamente associado à deficiência. Conforme argumenta Goffman (1998) o estigma constitui um processo social que atribui significados negativos a determinadas características, produzindo exclusão, preconceito e discriminação. No contexto da deficiência, esses processos não atingem apenas a criança, mas também suas famílias, especialmente as mães, que frequentemente se tornam alvo de julgamentos sociais relacionados à maternidade e ao cuidado. A psicologia contribui para desconstruir concepções normativas de desenvolvimento, e para promover uma compreensão mais inclusiva da diversidade humana, alinhada aos princípios dos direitos humanos e da inclusão social.

Nessa direção autores contemporâneos da psicologia social, como Lane (2006), destacam que o sofrimento humano não pode ser compreendido apenas como fenômeno individual, mas também como resultado das relações sociais, culturais e históricas, que atravessam a vida das pessoas. Tal compreensão permite na práxis psicológica compreender que parte do sofrimento vivenciados pelas mães, decorre não apenas da deficiência em si, mas também das barreiras sociais, da falta de acessibilidade, do preconceito e da insuficiência de suporte institucional.

No âmbito das intervenções psicológicas, a psicologia dispõe de diferentes modalidades de cuidado, incluindo psicoterapia individual de grupos de apoio, orientação psicológica, terapia familiar e ações de promoção da saúde mental. O objetivo do acompanhamento psicológico não consiste em eliminar o sofrimento mas favorecer sua elaboração, permitindo que novos significados sejam construídos ao longo do tempo. Então, a atuação psicológica busca fortalecer recursos emocionais, ampliar estratégias de enfrentamento e favorecer processo de adaptação diante de mudanças impostas pela realidade vivenciada (FRANCO, 2021)

A atuação da psicologia também dialoga com ações de promoção e prevenção em saúde mental. Considerando a definição ampliada de saúde proposta pela Organização Mundial da

Saúde (2022), compreendida como um estado de bem-estar físico, mental e social, a psicologia pode contribuir para a prevenção do adoecimento psíquico, para a promoção da qualidade de vida e para o fortalecimento dos recursos emocionais das mães e de suas famílias, sob estas perspectivas, o cuidado psicológico direcionado às mães de crianças com deficiência ultrapassa a dimensão clínica individual, configurando-se como uma estratégia de promoção de qualidade de vida e fortalecimento de cidadania .

Nesse contexto, merece destaque a Lei nº 14.721, de 2023, que representa um importante avanço para a saúde mental materna, ao garantir assistência psicológica gratuita a gestantes, parturientes e puérperas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A legislação reforça o reconhecimento da saúde mental como componente fundamental do cuidado materno e amplia as possibilidades de acesso ao acompanhamento psicológico, fortalecendo ações de prevenção, acolhimento e promoção do cuidado (BRASIL, 2023).

A construção de uma rede de cuidado para mães de filhos com deficiência também envolve a atuação das políticas públicas e dos marcos legais que asseguram direitos e promovem inclusão social. Nesse contexto, destaca-se a importância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a garantia de direitos, acessibilidade, participação social e oferta de serviços que favoreçam a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Além disso, as políticas públicas de saúde, educação e assistência social possuem papel fundamental no apoio às famílias, ampliando o acesso a atendimentos especializados, orientações e recursos necessários para o desenvolvimento da criança e para a redução da sobrecarga dos cuidadores. A articulação entre serviços como a rede de atenção à saúde, escolas, assistência social e grupos de apoio possibilita um cuidado compartilhado, reconhecendo que a responsabilidade pelo cuidado não deve permanecer centralizada exclusivamente na figura materna, mas ser sustentada por uma rede coletiva de proteção e acolhimento.

Embora este estudo não tenha como objetivo aprofundar a análise das políticas públicas, compreendemos que elas exercem papel relevante na garantia de direitos e no acesso aos recursos de cuidado. A presença de serviços de saúde, suporte psicológico, programas sociais e redes de apoio pode favorecer significativamente os processos de enfrentamento e elaboração do luto, contribuindo para a redução do sofrimento emocional e para o fortalecimento das relações familiares, assim a psicologia desempenha papel relevante não apenas no acolhimento do sofrimento emocional, mas também na promoção de práticas que favorecem a inclusão social, o fortalecimento de vínculos familiares e a construção de novos sentidos para a experiência materna.

A Política Nacional de Cuidados evidencia a necessidade de reconhecer o cuidado como uma responsabilidade coletiva, que deve ser compartilhada entre Estado, sociedade, famílias e diferentes redes de apoio, rompendo com a ideia de que essa função pertence exclusivamente ao âmbito privado e familiar. No entanto, historicamente, o cuidado tem sido atribuído principalmente às mulheres, especialmente às mães, que frequentemente assumem uma posição central na assistência aos filhos, ainda que isso implique sobrecarga física, emocional e social.

No contexto das mães de filhos com deficiência física, essa responsabilização torna-se ainda mais intensa, uma vez que o nascimento de uma criança com deficiência pode envolver uma reorganização significativa da dinâmica familiar, aumento das demandas de cuidado, acompanhamento contínuo em serviços de saúde, adaptações na rotina e enfrentamento de barreiras sociais. Nesse cenário, a mulher muitas vezes é socialmente colocada no lugar de principal cuidadora, sendo associada ao papel de proteção, dedicação e renúncia pessoal, o que pode favorecer sentimentos de exaustão, culpa, insegurança e invisibilidade de suas próprias necessidades.

A Psicologia apresenta importantes contribuições para a compreensão e acolhimento dessas experiências, considerando não apenas a condição da criança, mas também a subjetividade da mãe diante das transformações vivenciadas. Neste trabalho, destaca-se a contribuição da abordagem psicanalítica, especialmente a partir da compreensão do processo de elaboração das perdas simbólicas e das mudanças nas expectativas construídas durante a gestação e o nascimento. Essa perspectiva possibilita compreender como a mãe pode vivenciar um processo de luto simbólico diante da ruptura entre o filho idealizado e a realidade encontrada, sem que isso represente ausência de amor ou rejeição à criança, mas sim uma necessidade de ressignificação da experiência materna.

A discussão apresentada não se restringe à perspectiva psicanalítica. Outras abordagens da Psicologia também foram consideradas, contribuindo para uma compreensão ampliada do fenômeno, como a abordagem humanista, ao enfatizar a escuta, a validação emocional e a construção de sentidos; a abordagem cognitivo-comportamental, ao abordar pensamentos, emoções e estratégias de enfrentamento diante das demandas vivenciadas; e perspectivas sistêmicas, que compreendem a influência das relações familiares e sociais no processo de adaptação. Dessa forma, a Psicologia, em suas diferentes vertentes, contribui para o fortalecimento da rede de cuidado, oferecendo espaços de acolhimento, elaboração emocional e reconhecimento das mães como sujeitos que também necessitam ser cuidados.

Compreendemos assim que o trabalho psicológico junto às mães de crianças com deficiência física envolve uma atuação ética, humanizada e integral, voltada para a valorização da singularidade e das experiências vividas ao acolher o luto pelo filho idealizado. Assim se desenvolve o fortalecimento de recursos emocionais, e promove espaço de escuta e reconhecimento do indivíduo, contribuindo para transformação do sofrimento em possibilidades de adaptação, crescimento e reconstrução de projetos de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como problema de pesquisa: Quais as contribuições da psicologia no processo de elaboração do luto vivenciado por mães diante do nascimento de filhos com deficiência física? Consideramos que o mesmo foi respondido, uma vez que foi possível compreender que o luto materno não se constitui apenas como uma reação individual ao diagnóstico da deficiência, mas como uma vivência atravessada por fatores emocionais, sociais, históricos e culturais que influenciam diretamente a experiência da maternidade e a construção dos vínculos afetivos. Concluímos que pode desencadear um processo de luto em razão da ruptura entre o filho idealizado e o filho real, exigindo reorganização emocional e simbólica das mães. A Psicologia contribui por meio da escuta, acolhimento, fortalecimento de redes de apoio e promoção da saúde mental.

Ao longo da discussão, evidenciamos que a deficiência não se limita a uma condição biológica individual, mas constitui-se como um fenômeno marcado por construções sociais relacionadas às concepções de normalidade, produtividade e desenvolvimento humano. A análise histórica e social da deficiência permitiu compreender como os estigmas impactam diretamente as experiências familiares, especialmente as maternas, intensificando o sentimento de culpa, frustração, medo, isolamento e sofrimento emocional. Nesse contexto, a ruptura entre a expectativa pelo filho idealizado e o filho real mostra-se como um importante desencadeador do processo de luto.

Compreendemos o luto como um processo legítimo, singular e não linear, fundamental para evitar a patologização dessa vivência e legitimar o sofrimento materno. O luto pelo filho idealizado não representa ausência de amor ou rejeição à criança, mas um movimento psíquico necessário para que a mãe possa reorganizar seus investimentos afetivos, ressignificar expectativas e reconhecer o bebê real em sua singularidade. A elaboração desse luto apresenta-se como um aspecto importante para o fortalecimento do vínculo mãe-bebê e para a promoção da saúde mental materna.

Nesse cenário, a psicologia assume papel central ao oferecer espaços de escuta, acolhimento e intervenção que favoreçam a elaboração do sofrimento e a ressignificação da experiência da maternidade. As contribuições da psicologia ultrapassam o âmbito clínico individual, envolvendo ações de psicoeducação, fortalecimento de redes de apoio, promoção da saúde mental, desconstrução de estigma e articulação com políticas públicas de saúde. Além disso, essa discussão possibilita importantes reflexões para a prática profissional do psicólogo, especialmente quanto à necessidade de uma atuação ética, humanizada e sensível às

singularidades das mães de crianças com deficiência física, considerando os atravessamentos emocionais, sociais e institucionais presentes nessa vivência.

Destacamos, ainda, que o sofrimento dessas mães não pode ser compreendido de forma isolada, uma vez que está profundamente relacionado às condições sociais, econômicas e institucionais de apoio disponíveis. A ausência de redes de suporte, a sobrecarga materna e o acesso limitado a serviços especializados tendem a intensificar o sofrimento emocional e o isolamento vivenciado por essas mulheres. Assim, percebemos ser indispensável uma abordagem interdisciplinar e humanizada que reconheça a complexidade dessa experiência e promova cuidado integral às mães, às crianças e às suas famílias.

A recente legislação brasileira que garante assistência psicológica a gestantes e puérperas pelo Sistema Único de Saúde representa um avanço importante no campo da saúde mental materna. Contudo, ainda existem desafios relacionados à efetivação, ampliação e acessibilidade desses serviços, evidenciando a necessidade de investimentos em políticas públicas que contemplem o acolhimento emocional e o suporte contínuo às famílias de crianças com deficiência.

Como desafios deste estudo, destacamos a escassez de produções científicas específicas acerca do luto materno relacionado à deficiência física, especialmente sob perspectivas psicossociais e voltadas à realidade brasileira. Consideramos, portanto, que a temática pesquisada apresenta, ainda, diversas perspectivas passíveis de investigação, tornando evidente a necessidade de continuidade de novos estudos acerca do luto materno relacionado à deficiência física. Tais estudos poderão contribuir para práticas de cuidado mais humanizadas, inclusivas e comprometidas com a promoção da saúde mental materna.

Além disso, é importante reconhecer algumas limitações inerentes ao percurso metodológico adotado. Por tratar-se de uma revisão narrativa da literatura, a seleção e interpretação dos materiais são atravessadas pela perspectiva do pesquisador, característica própria desse tipo de investigação. Também cabe destacar que o estudo não envolveu pesquisa de campo nem a escuta direta de mães que vivenciam a experiência abordada, fundamentando-se exclusivamente em produções teóricas, científicas e documentais. Outra limitação refere-se à predominância de literatura nacional entre as referências utilizadas, aspecto relacionado tanto à proposta do estudo quanto à busca por produções alinhadas à realidade brasileira. Embora tais características não comprometam os objetivos da pesquisa, indicam possibilidades para investigações futuras que contemplem abordagens empíricas, maior diversidade de contextos socioculturais e a participação direta das mães na construção do conhecimento sobre a temática.

Consideramos que os objetivos específicos propostos neste estudo foram alcançados.

Inicialmente, foi possível contextualizar a deficiência física a partir de aspectos históricos, sociais e culturais, evidenciando as transformações ocorridas na compreensão da deficiência ao longo do tempo. Em seguida, compreendemos o processo de luto vivenciado pelas mães diante da ruptura entre o filho idealizado e o filho real, ressaltando seu caráter simbólico e suas repercussões emocionais. Por fim, analisamos as contribuições da Psicologia nesse contexto, destacando a importância da escuta qualificada, do acolhimento emocional, do fortalecimento das redes de apoio e da promoção de espaços que favoreçam a elaboração do sofrimento e a resignificação das experiências vividas.

Esperamos que este trabalho contribua para ampliar as discussões no campo da psicologia e das políticas públicas, promovendo reflexões acerca da maternidade frente a experiência no contexto da deficiência, da saúde mental materna e da importância de espaços de escuta qualificada. Ao reconhecer o luto materno diante do nascimento de um filho com deficiência física como uma experiência legítima e significativa, torna-se possível ampliar as formas de cuidado destinadas a essas mulheres e suas famílias, favorecendo práticas de acolhimento mais sensíveis às suas necessidades. Nesse sentido, reafirmamos a relevância de uma atuação psicológica ética, humanizada e comprometida com a escuta, o acolhimento e a promoção dos direitos humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e atenta à diversidade das experiências humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [Planalto – Lei nº 13.146/2015](#).

BRASIL. Lei nº 14.721, de 08 de novembro de 2023. Altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14721.htm. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007**. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: [Planalto – Lei nº 15.069/2024](#). Acesso em: 8 jul. 2026.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Tradução André de Carvalho-Barreto, Sílvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed, 2011. 310 p.

PAIXÃO, D. P. et al. **Saúde mental de mães de crianças com deficiência: uma revisão de escopo**. In: MARQUES, V. M. C. (org.). *Saúde pública no século XXI*. Fortaleza: Editora Científica Digital, 2022. p. 191-202. DOI: 10.37885/220709617.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 90 p.

SILVA, Fabiana Villas Boas da. **Compreendo a experiência emocional da maternidade em mães de bebês com deficiência. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)** – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21.** São Paulo: Summus Editorial, 2021. 163 p.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **Formação e rompimento de vínculos: o dilema das perdas na atualidade.** São Paulo: Summus Editorial, 2010. 288 p.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia (1917). In: FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).** Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 170-194.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322>. Acesso em: 13 maio 2026.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano.** 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. 274 p.

KOVÁCS, Maria Julia. Educadores e a morte. **Psicol. Esc. Educ.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 71-81, 2012. DOI: 10.1590/S1413-85572012000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/gvYZZXFXmV89Jq66KmvcWJf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2026.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é Psicologia Social.** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 88 p.

LONDERO, Angélica Dotto *et al.* Adaptação parental ao filho com deficiência: revisão sistemática da literatura. **INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA**, Curitiba, v. 25, n. 2, p. 240-255, 2021. DOI: 10.5380/riep.v25i2.60759. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/60759>. Acesso em: 19 maio 2026.

MARTINS, Karina Cléa da Silva; SILVA, Maria das Graças Victor. **Entre o bebê imaginário e o real: a elaboração do luto materno frente ao filho com necessidades especiais.** **LUMEN**, Recife, v. 29, n. 1, p. 97-108, 2020. DOI: 0.24024/23579897v29n12020p970108. Disponível em: <https://fafire.emnuvens.com.br/lumen/article/view/580>. Acesso em: 19 maio 2026.

MELLO, Anahi Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 28, n. 64, p. 7-29, 2022. DOI: 10.1590/S0104-71832022000300001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/tvSdXddtyn4vNzwtTRFXLNp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2026.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde colet.**, [s. l.], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. DOI: 10.1590/1413-812320152110.07792016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407 p.

MONTEIRO, Luise Kindel; PESSÔA, Luciana Fontes. **Luto e elaboração parental face à individualidade de seu filho**. *Polêm!ca*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-16, 2022. DOI: 10.12957/polemica.2022.81668.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World Mental Health Report: **Transforming Mental Health for All**. Geneva: OMS, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. Genebra: OMS, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Genebra: OMS, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre equidade em saúde para pessoas com deficiência**. Washington, DC: OPAS, 2022.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. Tradução Alvamar Lamparelli, Manuel José Do Carmo Ferreira. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 489 p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. 176 p.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights and Wrongs Revisited**. 2. ed. London: Routledge, 2013. 296 p.

MATSUKURA, Thelma Simões; MARTURANO, Edna Maria; OISHI, Jorge. **Estresse e suporte social em mães de crianças com necessidades especiais**. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v. 13, n. 3, p. 415-428, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/4VpV5WJt9QfWqWvQ6VxgWNh/>

SOUZA, Denise Meyrelles de. **Escola e deficiência: uma análise das relações sociais e do processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual. 2011.** Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br>. Acesso em: 21 jun. 2026.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** Tradução Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche, José Cipolla Neto. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 224 p.

WINNICOTT, Donald Woods. **Os bebês e suas mães.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 112 p.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os processos de maturação:** estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 1983. 268 p.

WORDEN, James William. **Aconselhamento do luto e terapia do luto:** um manual para profissionais da saúde mental. Tradução Adriana Zilberman, Leticia Bertuzzi, Susie Smidt. 4. ed. São Paulo: Roca, 2013. 248 p.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba: Appris, 2018. 301 p.